

Temer muda plano de saúde e pode deixar servidores sem cobertura

O governo Temer alterou regras do sistema de saúde dos servidores públicos federais em todo o país, através de uma portaria publicada no último dia 26, no Diário Oficial da União.

Com a desculpa de cortar gastos, o trabalhador vai bancar pelo menos metade do valor do plano de saúde e milhares poderão ficar sem cobertura.

A portaria determina que os novos servidores públicos concursados não tenham mais direito ao plano de saúde e aqueles estão na ativa, terão que se adaptar às novas regras em um período máximo de quatro anos.

Entre os dependentes dos

servidores, só poderão permanecer no plano os filhos e companheiros conjugais. Os pais terão que ser definitivamente excluídos. A principal alteração, entretanto, mexe no bolso. O governo que arcava com cerca de 75% dos gastos com saúde, pagará no máximo 50%.

As normas passam a valer para todas as 147 empresas públicas do país, incluindo bancos, ministérios e autarquias. Os trabalhadores dos Correios e da Infraero serão os mais atingidos, pois atualmente contam com até 95% de gastos com a saúde garantidos pelo governo.

Fonte: Rede Brasil Atual



Foto: Curso de Argumentação para Lideranças Sindicais em Imperatriz

Sindicatos realizam Curso de Argumentação para Lideranças Sindicais em Pedreiras

Iniciou-se hoje, 31 (quarta-feira), o Curso de Argumentação para Lideranças Sindicais, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), na Rua Crescêncio Raposo, em Pedreiras/MA.

O curso tem como público alvo os dirigentes sindicais da região, e tem como objetivo a apresentação de mecanismo de argumentação para o aprimoramento do discurso utilizado pelas

lideranças sindicais com a sua base no dia a dia.

Ontem, 30, foi o último dia de curso em Imperatriz, e na próxima sexta e sábado, 02 e 03/02, o curso acontecerá em Caxias.



Inimigos imaginários

Por Erika Kokay (Deputada Federal / PT-DF)

O governo Michel Temer é mitomaniaco. Adota a mentira como política de sobrevivência. Em tempos de pós-verdade, o desapareço pelos fatos ganha ainda mais relevância. O governo, com colaboração de setores da imprensa, constrói uma narrativa farsesca em que o grande responsável pela crise econômica e pelo desajuste das contas públicas são os “privilégios” dos servidores públicos, considerados, hoje, inimigos imaginários da Nação.

Exemplo inequívoco é a edição da Medida Provisória 805, que congela salários e aumenta a contribuição previdenciária dos servidores federais. Com isso, o governo adia de 2018 para 2019 os reajustes salariais de quase 30 carreiras exclusivas de Estado. Também aumenta a alíquota previdenciária do funcionalismo dos atuais 11% para 14% sobre a parcela do salário que exceder ao valor de R\$ 5.531,31.

A MP não só protela um reajuste salarial, mas traz diminuição real e nominal dos salá-

rios. Real por não incorporar a inflação, nominal porque há o aumento da alíquota. A remuneração líquida de 2018 será inferior à auferida em 2017.

O governo alega que vai diminuir o “rombo fiscal”. Mas é nítido que se trata de argumento falacioso e insustentável, pois o governo já acusou o descabro das contas públicas ao enviar para o Congresso Nacional um Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) com um déficit de R\$ 159 bilhões.

Do ponto de vista do corte de gastos públicos, a iniciativa é pífia, uma vez que representará economia de pouco mais de R\$ 4 bilhões. Não é demais lembrar que Temer gastou cerca de R\$ 32 bilhões (oito vezes o valor do congelamento proposto) com liberação de emendas e perdão de dívidas de ruralistas, empresários e parlamentares sonegadores para barrar as denúncias de corrupção apresentadas pela PGR.

Querem retirar direitos de servidores, mas mandaram ao Congresso a MP 795, que propõe renúncias fiscais da ordem de R\$ 1 trilhão para petroleiras estrangei-

ras. Se há déficit fiscal, como o governo abre mão dessa fabulosa receita?

Juridicamente, a MP do congelamento está repleta de ilegalidades. O governo não apresentou dados, estudos e projeções que justifiquem o aumento de 3% da alíquota previdenciária. Isso é flagrantemente inconstitucional.

A MP desnuda, ainda, o caráter de classe deste governo. Acordos foram firmados, não podem ser rasgados.

Há uma campanha ampla e sistemática de aviltamento dos servidores e de precarização dos serviços públicos.

Não enfrentaremos esse quadro com medidas paliativas, tratando políticas públicas essenciais como gasto, jogando a conta da crise nas costas de servidores e trabalhadores; mantendo privilégios de sonegadores e de uma minoria abastada que se beneficia de um modelo tributário regressivo, do fato de o Brasil ser um paraíso tributário para os super-ricos.

Fonte: O Globo